

# A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM UM PROJETO DE PESQUISA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

## THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE IN A DOCTORAL RESEARCH PROJECT ON EDUCATION

Liliane da Silva França Corrêa **1**  
Denise Simões Rodrigues **2**

**Resumo:** Objetiva apresentar um projeto de pesquisa de doutorado em educação e seus aspectos teórico-metodológicos na construção do conhecimento em história da educação no Pará. Para tanto, analisa o projeto intitulado “Infância e práticas educativas na Belém Republicana: significações do imaginário social e epistemologia jurídica nos livros de registro da Cadeia Pública de São José (1890-1910)” como um objeto trabalhado na disciplina de Pesquisa em Educação do primeiro Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Nele se destaca o panorama histórico-cultural e o imaginário social da sociedade paraense na Primeira República, bem como as práticas educativas em um espaço carcerário a partir dos atos jurídicos sobre infância presentes nos livros de registro da Cadeia Pública de São José.

**Palavras-chave:** Infância. Práticas Educativas. História da Educação no Pará.

**Abstract:** Aims at presenting a doctoral research project on Education and its theoretical and methodological aspects in the construction of knowledge in the history of education in Pará. It analyzes the project entitled “Children and educational practices in the Republican Belém: meanings of social imaginary and legal epistemology in the record books of the Public Jail of St. Joseph [Cadeia Pública de São José] (1890-1910)” as an object worked in the discipline Research on Education of the first Doctorate in Education course of the Postgraduate in Education Program [Programa de Pós-Graduação em Educação] of the Pará State University [Universidade do Estado do Pará]. It highlights the historical and cultural panorama and the social imaginary of the society of Pará in the First Republic and the educational practices in a prison space from the legal acts on children present in the records of the Public Jail.

**Keywords:** Childhood. Educational Practices. History of Education in Pará.

---

Mestra em Educação (Universidade Federal do Pará – UFPA), **1**  
Doutoranda em Educação (Programa de Pós-graduação em Educação –  
PPGED, Universidade do Estado do Pará – UEPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6212081854767665>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9006-6382>.  
E-mail: [lilafrcs@yahoo.com.br](mailto:lilafrcs@yahoo.com.br)

Doutora em Sociologia (Universidade Federal do Ceará – UFC), **2**  
Professora Titular de Sociologia na Graduação e no Programa de Pós-graduação  
em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1594626425442266>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3271-1021>.  
E-mail: [dssr@uol.com.br](mailto:dssr@uol.com.br)

## Introdução

O delineamento de uma pesquisa acadêmica parte de um processo de mediação determinado pelo tempo, sendo o projeto de pesquisa a ampulheta que registra os passos e os momentos pelos quais o pesquisador passa para elucidar seu objeto de investigação. Observa-se que o ofício de pesquisador é prescindido por certa racionalidade que a presença do projeto de pesquisa certifica à formação, independentemente do nível que define a autonomia cognitiva e de afirmação do pesquisador em relação ao objeto ou objetos que se dedica a estudar.

Sobre a pesquisa científica, ancorado em Bordieu, Valdemarin (2010, p. 47-48) afirma que...

Na transformação da atividade de pesquisa em “ofício do cientista” (conforme denominação de Pierre Bourdieu, 2008) estão entrelaçados elementos teóricos e modos de operá-los com eles, cuja apropriação se dá numa dinâmica cíclica e cujo avanço implica retornos e revisões. Trata-se de mediação que demanda pluralidade, convergências e afastamentos. Tempos, portanto.

A reflexão de Valdemarin aponta para a importância que a pesquisa e o pesquisador têm para a ampliação do conhecimento, que exige modos de operação, originando-se na dinâmica estabelecida pelo pesquisador na relação com seu objeto, já que é este quem determina como a pesquisa se desenvolverá, como também seus resultados. Pesquisar é, portanto, um ato de mediação entre o problema investigado, possíveis sujeitos e o pesquisador.

O pesquisador, nesse caminho de mediação, deve elencar alguns aspectos que nortearão seu trajeto de investigação, bem como o conduzirão à produção de um trabalho de pesquisa por opção pessoal, pois, para além das responsabilidades acadêmicas e profissionais, o pesquisador deve ser comprometido com a temática. Severino (2007, p. 129) propõe que, ...

Antes de ser realizado, um trabalho de pesquisa precisa ser planejado. O projeto é o registro deste planejamento. Para elaborar o projeto, o pesquisador precisa ter bem claro o seu objeto de pesquisa, como ele se coloca, como ele está problematizado, quais as hipóteses que está levantando para resolver o problema, com que elementos teóricos pode contar, de quais recursos instrumentais dispõe para levar adiante a pesquisa e quais etapas pretende percorrer. Ora, para se chegar a todos esses elementos, o pesquisador precisa vivenciar uma experiência problematizadora. Além dos subsídios que está recebendo do acúmulo de suas intenções pessoais, ele poderá colher elementos de suas leituras, dos cursos, dos debates, enfim, de todas as contribuições do contexto acadêmico, profissional e cultural em que vive. O projeto de pesquisa, como planejamento das atividades a serem desenvolvidas, possibilitará ao pesquisador impor-se uma disciplina de trabalho não só a respeito da ordem dos procedimentos lógicos e metodológicos, mas também em termos de organização e distribuição do tempo, constituindo assim um eficaz roteiro de trabalho.

O planejamento é entendido pelo autor como um processo que garante a logística de organização e previsão de bons resultados no projeto de pesquisa, pois reúne subsídios que ajudam na produção do conhecimento em qualquer área ou atividade desenvolvida. A este respeito, entende-se que, num projeto de pesquisa, o pesquisador precisa ir além de seus conhecimentos interpessoais, apreendendo a realidade daquilo que estuda; deve ter foco, e produzir uma mudança de perspectiva se determinado caminho metodológico não responder às suas expectativas. Deve contextualizá-la para situar lugar e tempo na delimitação do objeto; ter neutralidade para não comprometer a fidedignidade das respostas de pesquisa; e entender a pluralidade dos sujeitos, levando em conta a diversidade e alteridades sócio-culturais; bem como ter interação, observação

e diálogo com o objeto no estabelecimento de relações que tangem à pesquisa.

Destaca-se que a participação no primeiro curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) suscitou a investigação do objeto intitulado “Infância e práticas educativas na Belém Republicana: significações do imaginário social e epistemologia jurídica nos livros de registro da Cadeia Pública de São José (1890-1910)”. Este objeto investigativo teve origem na leitura e na observação do panorama histórico-cultural e do imaginário social no Pará da Primeira República, bem como das práticas educativas em um espaço carcerário, a partir dos atos jurídicos sobre infância presentes nesses documentos.

Esses elementos, segundo Rodrigues (2017), contribuíram para sustentar a lógica capitalista no Brasil em detrimento à prevalência e modos de produção da sociedade, e as diferenças sócio-culturais produzidas pelo projeto de modernização da cidade de Belém e expansão da borracha no Pará na conjuntura da *Belle Époque*, constituindo-se um conjunto de perspectivas bastante divergentes para o movimento de expansão do ensino, num momento histórico em que fatores políticos e econômicos – como o fim da escravidão, explosão demográfica e industrialização – reafirmaram cada vez mais a negação da igualdade e a exclusão social no país.

Logo, ressalta-se que a análise do objeto de pesquisa não se dá apenas sobre a descrição do processo investigativo na figura do projeto, mas, por ser uma interpretação das categorias que se encontram em torno desse objeto, como pontua Bourdieu (2007) na obra *Economia das trocas simbólicas*. O teórico afirma que essas categorias surgem a partir de uma necessidade sociológica de registro para sua explicação no todo da pesquisa, já que o trabalho do pesquisador com as categorias, no caso do objeto em análise, é...

O domínio autônomo da realidade, a tarefa de dissimulação e transfiguração das relações de classe – até então cumprida de outro modo, segundo um outro ritmo – passa a requerer um trabalho institucionalmente organizado por parte das diversas instâncias simbólicas (BOURDIEU, 2007, p. 38).

Assim sendo, apresentou-se o referido objeto como um projeto de pesquisa em educação debatido na disciplina de Pesquisa em Educação. A opção de investigação pelo objeto *Infância e práticas educativas na Belém Republicana* possui uma motivação histórica, pois a inquietação epistêmica sobre o recorte delimitado entre os finais do século XIX e início do século XX faz referência aos modos de vida da sociedade paraense nesse período, bem como retrata a pobreza, a etnia e a falta de escolarização, que foram alguns dos fatores que contribuíram para a inserção de crianças e adolescentes pobres no mundo da criminalidade e da prostituição.

Entre os anos de 1890 a 1910, muitos menores<sup>1</sup> das periferias de Belém que viveram à margem da sociedade acabaram se envolvendo com práticas ilícitas por sua realidade econômica e sociocultural, sendo condenados e encaminhados à Cadeia Pública de São José. Não obstante, a partir da investigação de fontes judiciais, no Centro de Memória da Amazônia (CMA), encontrou-

---

<sup>1</sup> Classificação dos Menores - Os Primeiros Projetos de Lei submetidos à Câmara do Rio de Janeiro no início do século XX indicam uma mudança na forma de perceber e categorizar a infância. No decorrer do século XIX, empregava-se à larga o termo Infância para designar os anos de desenvolvimento de um indivíduo, até que atingisse a maioridade. Na legislação penal, o uso do termo menor era corrente para abarcar todos aqueles que, igualmente, não tivessem completado a maioridade (estipulada em 21 anos). Observa-se que em geral até os idos de 1900, não se costumava fazer distinção entre a fase da infância e da adolescência. No início do século XX, ao contrário, aparecem menções ao púbere, ao rapaz e à rapariga, normalmente em associação ao problema da criminalidade. O termo delinquência juvenil, que anos mais tarde será muito frequente, tem no início do século, suas primeiras referências. Além disso, nota-se o uso corrente do termo menor dotado de uma conotação diferente da anterior: torna-se uma categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre - abandonada (material e moralmente) e delinquente. Ser menor era carecer de assistência, sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade. Os “menores”, sobre os quais incidia a necessidade de assistir e proteger, passaram a ser alvo de minuciosa investigação para que chegasse a uma classificação de “seu caso”, a partir da qual seria definido o tipo de tutela mais indicado. Procurava-se escrutinar a sua história, abordando sua filiação, naturalidade, ocupação, educação, saúde e moralidade (Projeto Nº 94, 1912). A partir daí, chegava-se a uma classificação da criança ou jovem, procurando-se detectar o seu “grau de perversão”: se abandonado ou delinquente, se vicioso, se portador de má índole ou más tendências, se vagabundo, se pervertido, libertino (“ou em perigo de o ser...”) (RIZZINI, 2011, p. 134-137).

se um exemplo dessa realidade, que foi o caso da jovem Maria Magdalena de Lima, de 19 anos de idade, condenada pelo crime de desordem/vagabundagem no ano de 1905. Em seu processo, há também a acusação de prostituição, porque a menor era mulher, negra e pobre, como alegou o curador em sua defesa. Isto porque Maria Magdalena foi flagrada nas ruas com alguns rapazes de sua idade, citados nos autos do processo como marinheiros de profissão que pagariam por sua companhia.

De acordo com as testemunhas, Maria Magdalena era uma “mulher sem profissão, indecorosa e imoral”, que foi condenada e encaminhada à Cadeia Pública de São José por se encontrar nas ruas com “arruaças” e a “proferir palavras ofensivas ao pudor público”, ou seja, o discurso das testemunhas estava carregado de estereótipos negativos sobre a menor. Os discursos dos sujeitos arrolados no processo de Maria Magdalena continham expressões que reforçaram a produção de significações imaginárias que se desvelam no decorrer de toda a peça judicial, ou seja, discursos individuais e coletivos que decidiram sobre a sentença da menor por sua condição sociocultural e econômica.

Desse modo, mediante o estudo exploratório das referidas fontes, identificou-se que a realidade de muitos menores não era diferente de Maria Magdalena e que, por se encontrarem fora das escolas, em situação de vulnerabilidade sociocultural e pobreza, utilizavam de meios ilícitos para prover o seu sustento e de sua família. No mais, no CMA, é possível encontrar outros processos em que menores pobres foram sentenciados e encaminhados à Cadeia Pública de São José por falta de provas que justificassem o discurso de defesa de seus curadores, e pelas condições mínimas do Estado em encaminhá-los a instituições disciplinares, como determinava o Código Penal de 1890, isto é, discursos dissonantes quanto ao cumprimento da Lei.

O pensamento republicano idealizou uma educação nacional, primeiramente, com a intenção de contribuir para “a construção de papéis sociais fundamentais ao projeto de democracia que se pensou para o Brasil, o que pressupôs considerar como horizonte a equidade social” (RAMOS, 2018, p. 3). Todavia, a educação pensada para as classes populares na Primeira República destoou de um efetivo projeto democrático que defendesse o movimento de afirmação da escola para todos, inviabilizando, por exemplo, a questão de “inserção” dos negros na sociedade ao fim da escravidão e reafirmando os interesses de uma estrutura maior, das relações de poder que não privilegiaram a igualdade social no país. Destarte, Foucault (2018, p. 17) assinala que “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social”, e que, dentro do sistema societário, o controle funciona “como uma rede de mecanismos do qual ninguém escapa”.

Sobre esse aspecto, Ferreira (1994, p. 118) aponta que “os filtros e o poder de seleção que a sociedade oferece têm muito a ver com as escolhas que levam à imposição de modelos de exclusão do ‘outro’”. Nesse sentido, Fourquin (1993, p. 125) também se apoia em Durkheim ao tratar de Educação e Sociologia na perspectiva do funcionalismo, pois protesta contra o universalismo abstrato de certas concepções filosóficas da educação em função do sistema de dominação que “inculca na criança um certo número de representações e de práticas específicas de uma sociedade, mas comuns a todo o corpo social, a condição necessária de sua sobrevivência”.

Nessa perspectiva, o modelo de educação proposto e aplicado para as classes populares no Brasil na Primeira República se direcionou ao trabalho, à aprendizagem de um ofício que garantisse a ordem instaurada pelos republicanos positivistas como instrumento ideológico por reforçar que, por meio de uma ocupação útil, as crianças e jovens pobres contribuiriam para a construção da Pátria e não se envolveriam com a criminalidade e prostituição, o que, contraditoriamente, culminou com a alta demanda de encaminhamentos de menores sentenciados judicialmente para os institutos disciplinares, militares e presídios nas principais capitais brasileiras, por não ter o Estado oferecido aos menores a garantia de políticas públicas efetivas em educação, vivenciando assim o país um lento processo de democratização da educação ao longo século XX. A este respeito, Castoriadis (1982, p. 55) destaca que

O mundo social-histórico é mundo de sentidos—de significações—e de sentido efetivo, mundo que não pode ser pensado como uma simples “idealidade visada”. É um mundo que deve ser sustentado por formas instituídas, e que penetra até o âmago do psiquismo humano, modelando-o de forma decisiva, na quase totalidade de suas manifestações identificáveis.

A constituição dessas formas instituídas, por sua vez, estava apoiada no processo de exploração da força de trabalho sob regime coercitivo das crianças de classes populares que se envolviam com a criminalidade e a prostituição e que eram julgadas e encaminhadas, como forma de punição, às referidas instituições durante a Primeira República no Brasil, e, por consequência, no Pará, “o que possibilitou a elaboração de significações imaginárias sobre o ‘outro’ e a natureza das diferenças e estereótipos circulantes no espaço social” (RODRIGUES, 2017, p. 257). Ou seja, uma vez pobres (brancos, negros, índios, mestiços ou mamelucos) e condenados a prisões e trabalhos forçados, como forma de regeneração social, ficariam negativamente marcados por sua condição econômica, sociocultural e de ex-presidiários.

Conquanto muitas famílias pobres da capital paraense que não tinham condições de oferecer aos filhos uma boa escolaridade recorressem a instituições destinadas ao ensino de crianças e jovens, na condição de não pensionistas e em regime de internato, para o aprendizado de alfaiataria, marcenaria, mecânica, regras de etiqueta, corte/costura, idiomas, primeiras noções de escrita e leitura, entre outros e para não permitir que se envolvessem com a criminalidade e prostituição, muitos menores saíam dessas instituições em estado de semianalfabetismo (SANTOS, 2015).

Algumas instituições educativas, como o Instituto de Educandos Artífices do Pará, Instituto Militar da Marinha, Colégio Nossa Senhora do Amparo e o Instituto Santa Catarina de Sena em Belém do Pará, foram espaços que prepararam menores para a aprendizagem de um ofício e de boa conduta para viver em sociedade após cumprirem as penas judiciais na Cadeia Pública de São José, que se configurou como uma instituição de segurança que recebia condenados judicialmente. Contudo, não era um espaço que atendia ao Código Penal de 1890, quanto ao artigo 27, § 2, e ao artigo 30, no que diz respeito às punições para menores que agissem com ou sem “discernimento” (BRASIL, 1890). Embora a cidade de Belém tivesse ganhado ares de uma “França nos Trópicos” ao alvorecer da *Belle Époque*, no período de 1890 a 1910, com o projeto de modernização e comércio diversificado, no *boom* do ciclo gomífero, estes não foram suficientes para sanar as péssimas condições socioeconômicas das famílias populares, agravando as desigualdades e revolucionando o cotidiano da população e suas relações interpessoais.

Acredita-se que tais instrumentos ideológicos do Estado mascaravam os reais motivos de inviabilização de políticas públicas em educação para os menores em situação de vulnerabilidade socioeducativa, criando um imaginário desse processo como solução para os problemas nacionais, pois se presumia que, ao serem condenados e encaminhados à Cadeia Pública de São José, retornariam aptos ao convívio social depois de cumprirem as penas judiciais.

Ademais, é importante ressaltar que este projeto de pesquisa é um estudo inicial nos campos que tratam da História da Infância e História da Educação na Amazônia paraense, no que diz respeito às práticas educativas em um espaço carcerário de Belém na Primeira República, ao imaginário social e epistemologia jurídica positivista do século XIX, por se entender que esta relação é válida para os estudos atuais sobre criminalidade e prostituição, haja vista que a cidade de Belém é, na contemporaneidade, uma das capitais com os maiores índices de criminalidade e prostituição infanto-juvenis do Brasil, o que teve a sua constituição no passado.

## **Infância paraense e práticas educativas pelo viés da História: caminhos de construção de um projeto de pesquisa em Educação**

A intenção de pesquisa ora discutida é fruto do estudo desenvolvido no curso de Mestrado em Educação, a partir de fontes judiciais. Nessas fontes, encontrou-se o caso de Maria Magdalena de Lima, jovem de 19 anos condenada e encaminhada à Cadeia Pública de São José. Por consequência, percebeu-se a importância de utilizá-lo como parte das fontes de pesquisa, dando sustentação à análise dos livros de registro da Cadeia Pública de São José, visto que a demanda de mulheres e menores encaminhados para esta instituição carcerária era grande, o que ajudou a elencá-los como fontes primárias do projeto e fundamentá-lo na relação das categorias *Infância, Práticas Educativas, Significações do Imaginário Social e Epistemologia Jurídica positivista do século XIX*.

Não obstante, a partir dos estudos sobre a infância no Brasil, é possível verificar que existe uma amálgama de histórias sobre as crianças, inicialmente, com a chegada das primeiras embarcações portuguesas à Terra de Santa Cruz no período colonial, quando subiram a bordo na

condição de “pajens” e “grumetes” ou de “órfãs do Rei”, enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa; mas, quando não eram bem vigiadas, acabavam sendo violadas por marujos rudes e violentos (RAMOS, 2015).

A infância brasileira também se destacou, segundo Raminelli (2017), nos relatos de viajantes que observaram a cultura indígena nas comunidades tupinambás no litoral do Brasil, isto é, observações sobre a realidade e particularidades das tribos coloniais. Nesses relatos, estão presentes observações que vão desde o nascimento de um tupinambá até a imponente presença das mulheres nos rituais de canibalismo, e práticas que se constituíram no seio das comunidades indígenas, mostrando a diferença entre o papel do homem e da mulher nas relações de poder, práticas poligâmicas, incestuosas e de prostituição infantil, onde se desvelou a diferença de valores sócio-culturais entre indígenas e europeus.

Na transição do Império para a República, com exceção da realidade socioeducacional das crianças e jovens de elite, as atenções se voltaram para a infância pobre e desviante, marcada por uma conjuntura de transformações em diversos setores da sociedade, com efeitos da extinção gradual da escravidão, incentivo do governo à imigração, ocasionando a substituição da mão de obra escrava pela livre. Com esse panorama, as autoridades se mobilizaram no sentido de conter a multidão que se aglomerava nos grandes centros urbanos. Ex-escravos ociosos, revoltas e revoluções lideradas por imigrantes insatisfeitos com as péssimas condições de trabalho a que foram submetidos; inchaço populacional nas principais capitais do país; epidemias por falta de saneamento básico, entre outros fatores, marcaram esse período face às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que resultaram na “desordem” do país (SABINO, 2012).

Para Araújo, ...

o cenário republicano era outro: as ruas da cidade eram palcos de circulação de diversos tipos sociais, pessoas livres e escravas eram trabalhadoras e vendedoras ambulantes, entre elas, transitavam ainda: pedintes, órfãos, abandonados, migrantes, vadios e prostitutas ([s. d.] *apud* COSTA FILHO, 2000, p. 51).

No caso dos menores, frequentemente, se envolviam com a criminalidade e a prostituição; muitas vezes, pela falta de organização no meio social e familiar, por falta de escolarização, de condições materiais, pela própria questão racial e descaso do Estado, acabavam conduzidos a caminhos infelizes.

Logo, a história da infância brasileira sempre esteve carregada de mazelas e sofrimento, sobretudo a infância pobre, que viveu à margem da sociedade por um longo período. Não diferentemente do caso de Maria Magdalena de Lima, muitos menores de classe popular também ajudaram a formar historicamente a estrutura sociocultural do país e, no decorrer dessa formação, foram ganhando espaço no contexto social e educacional por se tornarem o cerne de grandes problemas nacionais a serem corrigidos pelos reformadores sociais, como criminalidade e prostituição. Mais especificamente no século XIX, pobreza, etnia e falta de escolarização fomentaram discussões nacionais e internacionais acerca de várias categorias sociais, dentre elas, de crianças pobres e mestiças.

Sobre esse contexto, a autora Martha Abreu (2015, p. 289) comenta que “o meio viciado, a devassidão dos costumes, os instintos perversos, a falta de honra e de educação, a inclinação à malícia e à liberalidade [...]”, assim como outras, “[...] foram expressões que marcaram os julgamentos de médicos, juristas, membros do clero, literatos e jornalistas” sobre as moças pobres de raças consideradas inferiores, pois, nos finais do século XIX e primeira metade do século XX, os discursos estavam associados à pobreza e à mestiçagem, o que inviabilizava as condições mínimas para a moralidade. Igualmente nesse período, a cidade de Belém ganhou destaque político-econômico no cenário nacional com o projeto de modernização pensado pelo intendente Antonio Lemos e com a visibilidade advinda da exploração da borracha no Pará.

Os discursos proferidos por juristas e reformadores sociais na Primeira República fomentavam a relação de problemas nacionais (como falta de escolarização, criminalidade e prostituição) à pobreza e à mestiçagem, que eram por eles observadas de maneira alheia, utilizando-se sempre meios racionais para saná-los, sem refleti-los criticamente sobre as ações humanas, de maneira

intersubjetiva. Os acontecimentos históricos, políticos, econômicos, culturais, sociais e educacionais produzidos pelo capitalismo e vivenciados pela população brasileira desde a modernidade são aspectos que resultaram em problemas nacionais que se arrastam ao longo do tempo, como cultura escolar incipiente, racismo, desigualdade social e criminalidade.

E essa “cosmovisão racionalista” da modernidade é entendida neste *métier* pelo viés da análise crítica da narrativa em Motta (2013), que pontua uma relação entre razão e ciência que guia os homens, como únicos meios para explicar o mundo, ou seja, que permitem observar as relações humanas de maneira externa, empírica e objetiva, onde se observa ainda “a implantação do capitalismo em sociedades tradicionais”, apontando como dificuldades transformar ou “fabricar sujeitos” de uma hora para outra, “capazes da racionalidade exigida por esse modo de produção” (CASTORIADIS, 1982 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 255).

Além do mais, a sociedade e os reformadores cobravam das famílias populares os cuidados com as crianças, visto que, nas famílias mais abastadas, os padrões de moralidade e honestidade eram referência para o modelo de vida sexual e amorosa difundidos pelos ideais de civilização que se desejava alcançar para o país. No entanto, realizar esta tarefa de educar as famílias pobres com diferentes valores culturais era um desafio para juristas, médicos e políticos preocupados com a reforma e moralização dos costumes populares (ABREU, 2015). Sobre esse aspecto, Abreu (2015, p. 291) aponta que

os reformadores sociais consideravam os populares em geral, e os negros em particular como portadores dos supostos vícios da pobreza e da escravidão, tais como, a propensão à doença, a falta de hábitos de poupança, a tendência à ociosidade [...].

O poder judiciário atuou diretamente com a infância das classes populares, sobretudo, na organização de uma política educacional voltada para disciplinar os comportamentos que ameaçavam a honra da família brasileira republicana, e indiretamente, o corpo social e o ingresso do país numa pretendida civilização dos bons costumes. Conforme o entendimento explicitado por Foucault (2018, p. 17), “não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram aliados dele, mas existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona”. É uma prática que “se exerce como direito, na forma da legalidade” (p. 19). E, nesse contexto, as relações de poder entre o Estado e as autoridades jurídicas determinaram que, mediante o Código Penal de 1890, menores condenados de justiça, oriundos de famílias com propensão à imoralidade e à criminalidade por sua condição material e étnica, receberiam as punições na forma da lei.

Outrossim, a cidade de Belém se alinhava à realidade socioeducacional brasileira à medida que apostou “na racionalidade e experiência individual como único solo seguro para a crítica radical da tradição do saber sob novas e definitivas bases” (BOGÉA; VALLE, 2018, p. 12), isto é, a cultura escolar presente no pensamento republicano paraense também privilegiou a história narrativa ou política que “desqualificou e desvalorizou a história das atividades humanas no decorrer do tempo, mas a individual, que exigia constantemente o novo” (p. 12). A alcunha de ordem e progresso do positivismo moderno brasileiro instaurou o ideal de “avanço” nas ciências, sobretudo, política e educacional, porque era urgente a necessidade de controlar as massas por meio do trabalho como forma de “regeneração” social.

O processo de escolarização na capital paraense incluiu o trabalho nos institutos militares e de educandos artífices paraenses para aprendizagem de um ofício direcionado à infância pobre e criminosa, o que pormenorizou a regulamentação de políticas públicas educacionais efetivas para a infância. Nesse ínterim, além dos institutos de correção, a Cadeia Pública de São José também recebeu muitos menores condenados judicialmente, e é nesses documentos que se pretende analisar a epistemologia jurídica republicana positivista, a infância pobre, o imaginário social e as práticas educativas desenvolvidas no universo carcerário de Belém, onde o trabalho coato se fez corrente, sobretudo, de mulheres e crianças no *lócus* comercial da capital paraense, com suas vendas de flores e produtos manufaturados no auge da *Belle Époque* e exploração da borracha, acompanhando o projeto de modernização proposto por Antonio Lemos.

## Percursos teórico-metodológico de análise do objeto

De acordo com a análise inicial realizada no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no período de maio a junho de 2018, observou-se que os escritos contidos nos livros de registro da Cadeia Pública de São José apresentam uma narrativa histórica que esboça o imaginário social republicano paraense sobre a infância e as práticas educativas desenvolvidas com as classes populares, dos condenados e sentenciados. Nesse sentido, Motta (2013, p. 45) enfatiza que a “narratologia” como teoria e método estuda “a construção de sentido nas relações humanas narrativas, apoia-se em pressupostos epistemológicos que se inserem nas teorias interpretativas da sociedade (hermenêutica)”.

Isso corrobora com as ideias de Castoriadis (1995) sobre o imaginário, que é entendido por ele como diferente do sentido corrente e como parte indissolúvel do que pressupõe o ser humano. É o que caracteriza as instituições sociais, pois, segundo ele, tudo que se fala ou se apresenta para e pelos sujeitos está ligado a uma rede simbólica, que está na linguagem e nas instituições. Especificamente, os documentos históricos da Cadeia Pública de São José são fontes que revelam as ações do sistema penal paraense na Primeira República com a infância criminosa, como parte dos estudos sobre a epistemologia jurídica que é o seguimento da filosofia do direito voltado ao estudo das fontes judiciais (MESQUITA JÚNIOR, 2015).

Logo, metodologicamente, a pesquisa se classifica como documental de cunho historiográfico, considerando que “a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 15). Ademais, a proposta de pesquisa se fundamentou na investigação do documento histórico, pois, para Rodrigues e França (2010, p. 60-61), este tipo de documento “[...] deve identificar a sua forma material, seu conteúdo, os objetivos de quem o produziu, de quem lê e interpreta. Quando se inicia uma pesquisa documental, é preciso conhecer a história do documento [...]”.

Sobre esse aspecto, destaca-se que toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção socioeconômica, política e cultural, ou seja, “é preciso levar em conta o lugar em que foi produzido e o conjunto de práticas instauradas pelos sujeitos envolvidos com a produção dessas fontes” (CERTEAU, 2002, p. 66). Deve-se considerar o documento histórico como algo que fica por conta do passado; ele é fruto de um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que então detinham o poder. “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (GOFF, 1996, p. 545).

Nessa ótica, Oliveira (2007) alerta para o fato de que, “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa visto que os documentos não passam antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70). Sabino (2012) orienta que o pesquisador deve ser cauteloso quanto às informações das fontes a serem inquiridas, sobretudo, pela natureza de seu estado, o que se torna indispensável à compreensão do significado das fontes primárias e secundárias, uma vez que as fontes primárias são documentos que têm relação direta com os fatos analisados, e as fontes secundárias são documentos com informações que já foram investigadas e, portanto, já são de domínio científico.

Obviamente, pela natureza desta pesquisa, as fontes serão de grande relevância; segundo Saviani (2006, p. 29-30), “as fontes estão na origem, constitui o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado [...]”. Além disso, para melhor compreensão do que as fontes revelam, é necessário que elas sejam consideradas qualitativamente dentro da análise crítica da narrativa a partir da compreensão sobre as atividades humanas em sua realidade interna e externa.

Neste caso, as fontes também têm a função de possibilitar uma análise do imaginário social paraense das relações de produção capitalista na Primeira República, da cultura escolar na capital paraense e do passado de menores que, confinados a uma instituição de segurança, mantinham relações com sujeitos diferentes em idade, sexo, etnia, valores, crenças etc. Para Motta (2013, p. 46), “a narrativa permite o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento da natureza física, das relações humanas, das identidades e personalidades, das crenças, dos valores, dos mitos em relatos”. Nesse sentido, Sabino (2012) salienta que esse longo caminho a percorrer é para dar voz aos documentos históricos, o que significa extraí-los do anonimato em que se encontram.



Os livros de registro da Cadeia Pública de São José são o *corpus* de análise ou as fontes primárias da pesquisa, por serem registros da época em questão e por não haverem sido tomados como objeto de pesquisa anterior. Assim, são fontes que tratam do imaginário social paraense e da epistemologia jurídica positivista do século XIX, bem como do sistema prisional de Belém na Primeira República.

Foucault (2014, p. 223) reflete que...

constitui-se fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo [...].

Para Foucault (2014, p. 223), a prisão torna ainda “os indivíduos dóceis e úteis por meio de um trabalho preciso sobre o seu corpo”, atendendo eficientemente ao caráter da obediência ligada ao funcionamento da sociedade no movimento da história, que fez “[...] do encarceramento a base e o edifício quase inteiro de nossa escala penal atual: [...] o progresso das ideias e a educação dos costumes” (VAN MEENEN, 1847 *apud* FOUCAULT, 2014, p. 224). Além do mais, a prisão, para Foucault, é uma forma de “privação de liberdade”, que é um bem que pertence a todos, o que permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo e como “forma-salário”. No século XIX, a prisão se tornou fundamentada na disciplina e na técnica de preparar os indivíduos para uma civilidade por meio do trabalho corretivo.

Não obstante, no decorrer das observações na APEP, percebeu-se que os livros de registro da Cadeia Pública de São José encontram-se na Área: Segurança Pública, no Fundo: Departamento Estadual de Segurança Pública, divididos por *Série: autos, boletins, certidões, certificados, memorandos, ofícios e processos*; e *Período: 1890 a 1910* (recorte temporal do presente objeto). Além do mais, realizou-se também um breve levantamento em algumas literaturas referentes a este objeto no Repositório Institucional do PPGED/UEPA, bem como da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e no Portal da Capes e portal JURÍDICO, onde se constatou que não existem estudos que se ocupam em investigar esta temática.

O *corpus* de análise desta pesquisa também traz a descrição dos sujeitos que entravam e saíam do sistema carcerário, etnia, nível de escolaridade, idade, procedência (local de origem), tipo de ração que recebiam, entre outros, e está teoricamente fundamentado na análise da genealogia foucaultiana, por considerar o saber, compreendido como materialidade, prática ou acontecimento, peça de um dispositivo sócio-político que, como tal, se articula com uma estrutura econômica. “Ou mais especificamente, a de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares” (FOUCAULT, 2018, p. 27).

A intenção desses documentos é mostrar como as atividades humanas e sociais aconteciam dentro da Cadeia Pública de São José enquanto instituição penal, porém, constituída de uma rede simbólica, e como fonte epistemológica positivista, que compreende o direito enquanto ciência, visando delimitar o presente objeto e método de estudo; de como as autoridades judiciais tratavam os menores internos nos finais do século XIX e início do século XX, o que ali se falava e se produzia na relação entre os encarcerados, não propriamente pela funcionalidade da instituição, mas, pela consequência lógica das palavras/atos que comportavam algo a mais, e das práticas socioeducativas que se desenvolviam nos seus intramuros.

## Considerações Finais

A relevância deste estudo privilegia as fontes judiciais como objeto possível de explicar como a sociedade paraense e as autoridades jurídicas republicanas aplicaram o Código Penal de 1890 na perspectiva educacional sobre uma significativa parcela das crianças que enfrentou a dura realidade, no período de 1890 a 1910. Esse período ficou marcado pela massificação da escola, em que o Código Penal de 1890 ordenou a vida familiar, as relações interpessoais, intra-escolares e o imaginário social paraense. E embora criminalidade e prostituição de menores sejam problemáticas que se arrastam até os dias atuais e as políticas públicas de atendimento à infância

tenham avançado no Brasil, muito ainda há de ser feito.

Esta, portanto, é uma proposta de pesquisa que tange às perspectivas epistemológicas, jurídicas e educacionais para a infância criminosa, das classes populares e das práticas educativas num espaço carcerário da capital paraense durante a Primeira República. Contudo, tal proposta é válida para o campo atual das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente infrator, como também para a História da Infância e História da Educação na Amazônia paraense, no que diz respeito à constituição da criminalidade e das práticas de prostituição infanto-juvenis no período em análise, ponderando que a reflexão que se pretende desenvolver ao longo dos estudos doutorais deve, em larga medida, influir na formação de professores, de sujeitos e movimentos que atuam com a infância, considerando a análise da realidade econômica, cultural, social e educacional que historicamente se consolidou em um lento processo de democratização do ensino – este ainda em andamento.

## Referências

ABREU, M. Meninas perdidas. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 289-316.

BOGÉA, D.; VALLE, L. Memória e memorização: sobre um anátema na educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-24, 2018.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm)impressao.htm. Acesso em: 8 jun. 2019.

CASTORIADIS, C. **A Instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA FILHO, A. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí 1850-1889**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000.

FERREIRA, G. P. Cultura é memória. **Revista USP**, n. 24, p. 115-119, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOURQUIN, J.-C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LIVROS DE REGISTRO da **Cadeia Pública de São José**. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Belém do Pará. Período: 1890 a 1910. Fonte pré-analisada por Liliane da Silva França Corrêa, maio de 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MESQUITA JÚNIOR, S. R. Epistemologia jurídica. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.conteudojuridico.com.br/?coluna&colunista=42905\\_Sidio\\_Junior&ver=2074](http://www.conteudojuridico.com.br/?coluna&colunista=42905_Sidio_Junior&ver=2074). Acesso em: 3 ago. 2019.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PROCESSO JUDICIAL de **Maria Magdalena de Lima**. Código sem Registro. Arquivo do Centro de Memória da Amazônia (CMA). Belém do Pará, 1905. Fonte catalogada por Liliane da Silva França Corrêa, durante os meses de abril, maio e junho de 2016.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 5. reimpr. São Paulo: Contexto, 2017. p. 11-44.

RAMOS, F. C. Socialização e cultura escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-21, 2018.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 19-54.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 134-137, 2011.

RODRIGUES, D. S. S. Política, memória e educação na Amazônia paraense nos períodos colonial e imperial à luz da teoria de Cornelius Castoriadis. **Projeto História**, São Paulo, n. 60, p. 252-280, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/33609>. Acesso em: 20 ago. 2019.

RODRIGUES, D. S. S.; FRANÇA, M. P. S. G. S. A. A pesquisa documental sócio-histórica. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (Orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém, PA: Ed. UEPA, 2010. p. 55-74.

SABINO, E. B. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

SANTOS, M. A. C. **Criança e criminalidade no início do século**. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 210-230.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, n. esp., p. 28-35, ago. 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VALDEMARIN, V. T. A construção do objeto de pesquisa. In: SILVA, M.; VALDEMARIN, V. T. (orgs.). **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer [online]. São Paulo: Ed. UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. p. 47-65. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8w6rd>. Acesso em: 5 ago. 2019.